



Conflito Hamas-Israel 2023: Principais Aspectos Jurídicos

Atualizado até 2 de novembro de 2023

*Este artigo oferece uma visão geral dos principais aspectos jurídicos das hostilidades desencadeadas pelos ataques aterrorizantes perpetrados contra Israel em 7 de outubro de 2023, que foram assombrosos em sua brutalidade e afronta à mais básica humanidade. Israel está empenhado em trazer de volta os reféns mantidos em Gaza e em defender seus cidadãos e território de maneira consistente com o Estado de Direito internacional, apesar de enfrentar um inimigo que demonstra completo desprezo pelo direito, assim como que pela vida humana. As circunstâncias no terreno são dinâmicas, e há desinformação generalizada, às vezes deliberada, sobre o direito e os fatos. Qualquer análise jurídica séria deve se basear nas regras jurídicas aplicáveis à situação e em um relato confiável dos fatos aos quais essas regras jurídicas se aplicam. Este artigo fornece um contexto factual e jurídico importante para esse fim.**

▪ **O direito aplicável.** O regime jurídico que rege as hostilidades é o direito dos conflitos armados (*Law of armed conflict* ou LOAC na sigla em inglês), também conhecido como o direito internacional humanitário (DIH), em particular suas regras que regulam a condução das hostilidades.

▪ **Hamas e Jihad Islâmica continuam a atacar Israel, aprisionar reféns e cometer crimes de guerra e crimes contra a humanidade.** Os ataques selvagens perpetrados por grupos terroristas palestinos em 7 de outubro, e desde então, inquestionavelmente constituem sérias violações do direito internacional, muitas vezes configurando crimes de guerra e crimes contra a humanidade. Eles incluem o massacre de mais de 1400 israelenses e cidadãos estrangeiros, o ferimento de mais de 5500 pessoas, atos generalizados de tortura e mutilação, queima de pessoas vivas, decapitação, estupro e violência sexual, mutilação de cadáveres, o sequestro de pelo menos 247 reféns (incluindo bebês, famílias inteiras, pessoas com deficiência e sobreviventes do Holocausto), o disparo indiscriminado de milhares de foguetes e o uso de civis palestinos como escudos humanos. Alguns desses crimes podem também constituir genocídio, uma vez que são cometidos com a "intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso", em conformidade com a agenda genocida declarada do Hamas. Israel continua enfrentando o disparo indiscriminado de foguetes de Gaza e tentativas repetidas de infiltração em Israel para matar mais israelenses, enquanto os reféns mantidos pelo Hamas permanecem sem visitas do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) ou comunicação com o mundo exterior.

▪ **O direito e a obrigação de Israel de se defender.** Em termos relativos, tendo em conta o tamanho da população de Israel, a amplitude do ataque lançado em 7 de outubro equivale a múltiplas vezes os ataques de 11 de setembro de 2001. Israel tem o direito, e até mesmo a obrigação, de defender seus cidadãos e território, tomando todas as medidas legítimas para garantir a libertação dos reféns e neutralizar a ameaça que enfrenta. Essa ameaça é grave e iminente: algumas comunidades israelenses ficam a poucos metros da fronteira, e centenas de milhares de israelenses vivem a poucos quilômetros de Gaza. Em 7 de outubro, o Hamas e a

* Este artigo foi preparado durante hostilidades dinâmicas em adamento, e não deve ser considerado como uma apresentação completa e abrangente das posições de Israel relativas à situação jurídica e factual.



Jihad Islâmica penetraram ainda mais no território israelense, incluindo na cidade de Sderot, que tem uma população de mais de 20.000 habitantes; quase todo Israel permanece ao alcance dos foguetes do Hamas. Nessas circunstâncias, Israel tem direito e é forçado a agir de forma a suprimir do Hamas e outros grupos terroristas em Gaza a capacidade de continuar a atacar seus cidadãos e território.

Israel está enfrentando simultaneamente ataques contínuos e ameaças emanando de outros Estados e grupos terroristas, incluindo o Irã e proxys iranianos como o Hezbollah. Centenas de foguetes, mísseis e drones foram disparados contra Israel do Líbano e da Síria, em violação do direito internacional geral, assim como da Resolução 1701 (2006) do Conselho de Segurança da ONU e do Acordo de Desengajamento entre Israel e Síria de 1974, respectivamente. Israel está respondendo a esses ataques, e evacuou comunidades inteiras do norte de Israel para sua segurança. Múltiplos mísseis balísticos e drones armados também foram lançados contra Israel do Iêmen. Esses ataques contínuos podem a qualquer momento levar a hostilidades ainda mais amplas.

▪ **Compromisso de Israel com o direito internacional.** Apesar da brutalidade inimaginável do Hamas e de seu desprezo pela vida humana, seja israelense ou palestina, e pelo direito, Israel está comprometido em conduzir suas operações militares de acordo com o direito internacional, conforme a alta liderança política e militar de Israel tem reiteradamente afirmado. Israel incorporou o LOAC em todos os aspectos de suas operações militares por meio de instrução jurídica, procedimentos operacionais e planos, consultoria jurídica operacional contínua e mecanismos de investigação robustos e independentes para examinar alegações de má conduta das Forças de Defesa de Israel (FDI). A Procuradoria-Geral de Israel fornece consultoria contínua de direito internacional ao Gabinete e ao Governo, e a Suprema Corte de Israel tem jurisdição para exercer supervisão judicial, inclusive durante as hostilidades.

▪ **Sugerir uma equivalência moral entre Israel e organizações terroristas é repugnante.** Qualquer análise bem fundada das operações israelenses não pode menosprezar o contexto dos ataques em curso, bem como a natureza dos inimigos e a amplitude da ameaça que Israel enfrenta em várias frentes. Tal análise deve rejeitar qualquer equivalência moral entre aqueles que se defendem do terrorismo e aqueles que o perpetraram; entre um Estado cujo compromisso com o direito ampara suas operações militares e um grupo terrorista que desafia abertamente o direito; entre as FDI, que buscam minimizar os danos civis, e os grupos terroristas que visam deliberadamente civis israelenses, enquanto perversamente veem os civis palestinos como descartáveis e os usam como escudos humanos.

▪ **Os fatos importam.** Uma análise jurídica bem fundada exige uma apreciação precisa e confiável não apenas do direito, mas também dos fatos. Dada a realidade dinâmica e complexa das hostilidades, e as tentativas deliberadas do Hamas e de outros atores de deturpar ou fabricar os fatos, é fundamental agir com cautela e evitar julgamentos precipitados, como foi infelizmente o caso em relação ao incidente do hospital *Al-Ahli*. Declarações do Hamas e de outros grupos terroristas, incluindo os órgãos controlados pelo Hamas, como o "Ministério da Saúde", ou de personalidades sujeitas ao controle ou intimidação do Hamas, não podem de forma alguma ser usadas como referência ou fonte confiável.



▪ **Princípios centrais que regem as operações militares israelenses:**

Distinção: Israel opera contra o Hamas e outros grupos terroristas em Gaza, e não contra a população civil. Dirige seus ataques unicamente contra objetivos militares e não pratica de forma alguma “punição coletiva”. Em consonância com o LOAC, e especialmente tendo em conta a estratégia ilegal do Hamas de incorporar sistematicamente a sua atividade militar e os suas instalações em áreas povoadas (incluindo edifícios residenciais e comerciais, locais de culto e hospitais), muitos objetos aparentemente civis podem tornar-se alvos legítimos. O LOAC prevê ainda que os militantes do Hamas que deixam de distinguir-se da população civil são alvos legítimos, tal como os civis que participam diretamente das hostilidades. Como resultado, não se pode concluir, do simples fato de aparentes “civis” ou “objetos civis” terem sido atacados, que um ataque tenha sido ilegal.

Proporcionalidade: De acordo com o LOAC, um ataque contra um alvo militar deve estar de acordo com a regra da proporcionalidade, segundo a qual é proibido realizar um ataque quando a perda incidental prevista de vidas civis, ferimentos a civis ou danos a bens civis seriam excessivos em relação à vantagem militar concreta e direta que se espera do ataque. As vantagens militares que as FDI buscam incluem a destruição de objetos militares inimigos, o ataque a militantes, a degradação e negação da capacidade inimiga de comandar e controlar operações, a neutralização de túneis subterrâneos e infra-estruturas utilizadas para fins militares, e a negação de posições (tais como postos de franco-atiradores, anti-tanque e de vigilância) que colocam em perigo as forças terrestres das FDI, todos os quais contribuem para o objetivo geral de garantir a libertação dos reféns e eliminar a capacidade do Hamas de atacar Israel e os seus cidadãos. O LOAC dispõe que uma avaliação da proporcionalidade deve se basear na avaliação do comandante militar no momento do ataque, e não numa análise retrospectiva: o teste é orientado para a conduta e não para os resultados. Do ponto de vista jurídico, as vítimas civis ou os danos a objetos civis, embora trágicos, não permitem, por si só, uma conclusão em relação à proporcionalidade sem uma avaliação informada tanto dos danos civis esperados como da vantagem militar prevista no momento do ataque.

Precauções e mitigação de danos civis: De acordo com o LOAC, ao conduzirem ataques, as partes de um conflito devem tomar precauções que sejam viáveis nas circunstâncias operacionais para minimizar a morte ou ferimento de civis, bem como os danos a bens civis. Dessa forma, as FDI empregam várias medidas de precaução sempre que praticamente possível nas circunstâncias operacionais, incluindo advertências prévias e na escolha de armas e munições. Na tentativa de mitigar os danos aos civis, as FDI têm, além disso, repetidamente apelado aos civis para evacuarem temporariamente o norte de Gaza, onde se esperam hostilidades mais intensas, e para o sul, onde a ajuda humanitária também está mais disponível. O Hamas tem procurado impedir à força que os civis abandonem as áreas de hostilidade, a fim de explorar inescrupulosamente as vítimas civis e impedir as atividades operacionais das FDI.

Assistência humanitária: De acordo com o LOAC, as partes de um conflito armado são obrigadas a permitir e facilitar o acesso a remessas de suprimentos essenciais para a sobrevivência da população civil, caso a população civil não receba adequadamente esses suprimentos. Esta obrigação está sujeita, nos termos do LOAC, a condições importantes, incluindo a de que não existem razões sérias para temer que os provimentos sejam desviados do seu destino civil ou que de outra forma proporcionem uma vantagem definitiva aos esforços militares do inimigo.



Israel não deseja nenhum dano aos civis e está empenhado em atender às necessidades humanitárias daqueles que sofrem como resultado da brutalidade do Hamas e da instigação destas hostilidades. Uma unidade israelense designada (o Coordenador das Atividades do Governo nos Territórios, COGAT na sigla em inglês) monitora cuidadosamente a situação humanitária e as necessidades da população civil em Gaza e coordena as atividades humanitárias com atores e agências internacionais relevantes. Israel trabalhar para facilitar a entrada de suprimentos e assistência adicional do Egito para Gaza e para aumentar significativamente essa assistência. Israel o faz, embora o Hamas possua muitos suprimentos essenciais que nega deliberadamente aos seus civis, e embora algumas das remessas que entram em Gaza incluam fornecimentos que efetivamente não estão em falta.

Não é possível responder eficazmente à situação humanitária em Gaza sem compreender que a maior ameaça humanitária para os palestinos em Gaza é o fato de estarem vivendo há anos sob o controle de uma organização terrorista genocida, que não se preocupa com o seu bem-estar, e que tem sistematicamente roubado ajuda internacional e contrabandeado armas dentro dessa ajuda, de modo a promover os seus próprios objetivos terroristas. Imensas reservas de combustível, medicamentos e outros suprimentos, todos destinados a hospitais e uso civil em geral, foram em vez disso acumulados pelo Hamas e usados para sustentar as suas operações militares e ataques a Israel (a UNRWA declarou recentemente publicamente que o Hamas roubou dezenas de milhares de litros de combustível dos seus armazéns). A preocupação genuína com a situação humanitária deve também incluir um pedido inequívoco do Hamas para libertar as reservas que nega à população civil, e deve garantir o estabelecimento de mecanismos eficazes para que a assistência humanitária chegue ao destino civil pretendido e não sustente os terroristas que põem em perigo tanto vidas israelenses como palestinas.

A todo o momentos, enfrentar os desafios jurídicos e práticos da assistência humanitária nestas circunstâncias excepcionais exige um conhecimento preciso dos fatos, incluindo que os disparos do Hamas danificaram 9 em cada 10 linhas elétricas provenientes de Israel (que fornecem cerca de 50% da eletricidade em Gaza, sendo o restante produzido localmente); que em 7 de outubro o Hamas atacou e danificou significativamente a principal passagem de civis palestinos para Israel (através da qual passavam diariamente quase 20.000 trabalhadores de Gaza), matando e sequestrando membros da equipe israelense que operava a passagem; que nos últimos anos Israel facilitou a instalação de fontes alternativas de energia (como painéis solares) para a maior parte dos serviços essenciais em Gaza; que 90% da água de Gaza normalmente não vem de Israel; e que Israel ainda fornece água a Gaza (incluindo através da reparação de encanamentos danificados por disparos do Hamas). Israel continua empenhado em garantir e expandir o acesso dos civis palestinos à assistência humanitária, mas o direito internacional não exige que o faça de uma forma que permita que essa assistência seja desviada ou explorada de modo a sustentar as capacidades do Hamas para atacar Israel e os seus cidadãos.



ANEXO

RECURSOS ADICIONAIS SOBRE OS FATOS E O DIREITO

Em inglês; Atualizado até 2 de novembro de 2023

- **Informativos atualizados sobre as hostilidades** - <https://www.idf.il/en/mini-sites/idf-newsletter-daily-summaries-of-the-hamas-israel-war/>
- **Declarações de autoridades israelenses sobre o compromisso de Israel com o direito internacional** - https://x.com/israelmfa/status/1715795987745153041?s=51&t=0z_ejRvgqa-Pjf0jVxYh7g
- **Evidência visual dos ataques de 7 de outubro** (oficial; advertência – imagens perturbadoras) - https://drive.google.com/file/d/1mlbMIU9aW8uc-DZUYXA2XrxWbXR8qz3o/view?usp=drive_link
- **Mapa interativo detalhando os ataques de 7 de outubro** (não-oficial) - www.oct7map.com
- **Testemunhos de sobreviventes** (não-oficial) - <https://www.instagram.com/survived.to.tell/> and <https://www.october7.org/>
- **Registros visuais dos ataques de 7 de outubro** (não-oficial; advertência – imagens perturbadoras) - <https://t.me/s/southfirstresponders>
- **Conduta das FDI de acordo com** (Conflito em Gaza de 2014) - <https://mfa.gov.il/ProtectiveEdge/Pages/default.aspx>, Capítulo VI
- **Violações do Direito Internacional pelo Hamas** (Conflito em Gaza de 2014) - <https://mfa.gov.il/ProtectiveEdge/Pages/default.aspx>, Capítulo IV
- **Mecanismo das FDI para Exame e Investigação de Má Conduta** (Conflito em Gaza de 2014) - <https://mfa.gov.il/ProtectiveEdge/Pages/default.aspx>, Capítulo VII
- **Análise de números palestinos de fatalidades** (Conflito em Gaza de 2014) - <https://mfa.gov.il/ProtectiveEdge/Pages/default.aspx>, Anexo.